



CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

MIDEST2018| PARIS NORD VILLEPINTE – FRANÇA

27 a 30 de Março de 2018

A participação da V/ empresa na FEIRA MIDEST2018 com stand, encontra-se integrada no Projeto Conjunto da AIDA, INOV_MARKETII, identificado com o nº 26.351, cujos principais objectivos visam promover a competitividade das PME e incentivar a diversificação de mercados quer através da realização de acções de capacitação sobre os mercados, quer através da sua participação em missões empresariais e em feiras internacionais aos mercados alvo do projeto.

Esta acção, a realizar no período de 27 a 30 de Março, é cofinanciada pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE2020), integrado no PORTUGAL2020, estando o respectivo cofinanciamento limitado a apenas uma empresa e a um elemento por empresa.

As PME's participantes, que cumpram todos os critérios de elegibilidade serão reembolsadas, até ao máximo de 50% das despesas elegíveis: inscrição, stand (espaço e decoração), viagem, alojamento e transporte de amostras.

O apuramento inicial da elegibilidade das empresas é verificado no momento de adesão ao projeto, estando a elegibilidade efectiva dependente da análise final do PORTUGAL 2020 | COMPETE 2020 quanto ao cumprimento das condições de elegibilidade, aferidas à data da referida análise.

No caso de cumprimento dos critérios de elegibilidade, a AIDA efectuará a transferência para a empresa do incentivo atribuído aos custos elegíveis. Esta transferência apenas ocorrerá após a AIDA ter recebido do organismo de gestão competente.

INSCRIÇÕES:

A fim de serem assegurados atempadamente os espaços e respectivos valores, as inscrições deverão dar entrada na AIDA até ao próximo dia **18 de Janeiro de 2018**.

- a) As inscrições serão validadas com a recepção da Ficha de Inscrição preenchida, devidamente carimbada e assinada pelo representante legal da empresa, acompanhada do comprovativo de pagamento da factura respeitante à participação
- b) Para além dos critérios de elegibilidade a cumprir pelas PME's no âmbito do PORTUGAL 2020 | COMPETE 2020, as inscrições serão ainda analisadas por ordem de entrada.
- c) Com a efectivação da inscrição, será enviado à empresa um acordo de pré-adesão ao projecto, que deverá ser devolvido à AIDA devidamente assinado pelo representante legal da empresa e carimbado.
- d) Empresas não elegíveis no âmbito dos Programas PORTUGAL 2020 e COMPETE 2020 poderão participar suportando na íntegra os valores do package de participação.

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

INCLUI: (para 1 empresa)

- Viagem com partida a 26 ou 27 de Março e regresso a 30 de Março
- Alojamento em Paris em quarto individual (entre 3 a 4 noites)
- Stand (espaço e decoração)
- Seguro de viagem, taxas hoteleiras, aeroportuárias e outras
- Gestão e acompanhamento técnico por parte da AIDA
- Convites

NÃO INCLUI

- Refeições (almoços e jantares)
- Serviços de tradução (se necessário)
- Custos com Passaporte e com Visto de Entrada (caso exista)
- Despesas de carácter pessoal
- Transporte para deslocações à feira

CUSTO/PAGAMENTOS:

1- Stand

O custo de aluguer de espaço e decoração estimado, para 2018, é o seguinte:

Tipo de Stand	Custo/stand
9m2	4500,00€
12m2	5750,00€
15m2	6900,00€
18m2	8100,00€

Ao valor acresce IVA à taxa legal em vigor

O Stand é constituído por: estrado, alcatifa, iluminação, tomada de 220v, identificação do expositor, uma vitrine, um armário fechado com chave, 2 ou 3 pódios (a pedido com campânula para peças pequenas), mesa redonda, 3 cadeiras e tela impressa com informação fornecida pela empresa a colocar na parede de fundo do stand.

2. Viagem, alojamento e Transporte de Amostras

Pretende:

Viagem

Sim	Não

Alojamento :

Sim	Não

O custo estimado de viagem e alojamento, encontram-se mencionados abaixo e poderão sofrer alterações de acordo com as tarifas praticadas no momento da reserva:

2.1 Viagem

Custo estimado de viagem por pessoa será facultado na data da reserva e indicação do nome do participante, sendo que o itinerário previsto é o seguinte:

Partida:	TP 452	26 MAR	Porto – Orly	06h25	09h35
Regresso	TP 457	30 MAR	Orly - Porto	19h55	21h05

2.2 Alojamento

Hotel Central St. Germain *** ou outro equivalente - Preço por noite em Quarto Individual: 195,00€

2.3 Transporte de Amostras

Relativamente ao transporte de amostras, caso existam, o valor correspondente (não incluído nas condições de participação) ser-vos-á facturado posteriormente, de acordo com a dimensão do material/equipamento a transportar e da respectiva quantidade.

Sim	Não

3. Os pagamentos podem ser efetuados por:

2.1) Transferência Bancária, deverá ser enviado um e-mail para s.pereira@aida.pt, identificando a acção em que a empresa irá participar, a solicitar o NIB da AIDA.

2.2) Cheque, que deverá ser emitido em nome da AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro e enviado para: Associação Industrial do Distrito de Aveiro Rua da Boavista – Zona Industrial da Taboeira – Alagoas 3800 – 115 Aveiro. Solicita-se o envio do comprovativo de transferência bancária ou cópia do cheque para o e-mail c.vieira@aida.pt.

4. Cancelamento da participação

Em caso de cancelamento da participação por parte da empresa a AIDA será ressarcida de todos os custos incorridos em virtude da inscrição na acção.

DOCUMENTAÇÃO A ENVIAR PELAS EMPRESAS PARTICIPANTES:

- a) Ficha de inscrição preenchida e assinada pelo representante legal da empresa
- b) Acordo de pré-adesão devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da empresa
- c) Cópias das certidões comprovativas da ausência de dívidas à Segurança Social e às Finanças
- d) Cópia do licenciamento industrial/comercial
- e) Certificado eletrónico de PME (obtido no site do IAPMEI: www.iapmei.pt)
- f) Cópia da IES de 2015 ou código de acesso
- g) Comprovativo do registo no Balcão2020
- h) Toda a documentação deverá ser enviada em formato digital, bem como o comprovativo do pagamento para: c.vieira@aida.pt ou d.costa@aida.pt

PORTUGAL 2020 | CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Requisitos a cumprir pelas empresas para efeitos de comparticipação

Tipo de projecto e sua descrição

Projecto no âmbito do Programa Operacional da Competitividade e internacionalização, Projetos conjuntos – Internacionalização das PME, concurso para apresentação de candidaturas, Aviso nº 21/SI/2016.

Regime legal do sistema de incentivos que enquadra a iniciativa

Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de Outubro.

Crêterios de Elegibilidade das Empresas

No âmbito da participa o no Projecto INOV_MARKETII, e de acordo com a legisla o aplicável, designadamente o artigo 13.  do Decreto-Lei n.  159/2014, o artigo 5.  do RECI, cada empresa participante deve cumprir os seguintes cr terios:

- a) Estar legalmente constituída, cumprindo as condi es necessárias para o exercício da atividade, e localizarem-se nas regiões NUTS II: Norte, Centro e Alentejo
- b) Ter a situa o tributária e contributiva regularizada perante, respectivamente, a administra o fiscal e a segurança social e entidades pagadoras dos incentivos, incluindo a situa o regularizada em matéria de reembolsos em projectos apoiados com cofinanciamento dos FEEI.
- c) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legisla o aplicável.
- d) Cumprir os cr terios de Pequena e Média Empresa (PME), devidamente comprovados pelo Certificado PME.
- e) Não ser uma empresa em dificuldade, de acordo com a defini o prevista no artigo 2.  do Regulamento (UE) n.  651/2014, que considera "empresa em dificuldade", aquela relativamente   qual se verifica, pelo menos, uma das seguintes circunstâncias:
 - No caso de uma empresa que exista há 3 ou mais anos, se mais de metade do seu capital social subscrito tiver desaparecido devido a perdas acumuladas, ou seja quando a dedu o das perdas acumuladas das reservas e de todos os outros elementos geralmente considerados como uma parte dos fundos próprios da empresa, conduz a um montante cumulado negativo que excede metade do capital social subscrito;
 - Sempre que a empresa for objecto de um processo coletivo de insolvência ou preencher, de acordo com o respetivo direito nacional, os cr terios para ser submetida a um processo colectivo de insolvência a pedido dos seus credores;
 - Sempre que uma empresa tiver recebido um auxílio de emergência e ainda não tiver reembolsado o empréstimo ou terminado a garantia, ou tiver recebido um auxílio   reestrutura o e ainda estiver sujeita a um plano de reestrutura o
- f) Apresentar uma situa o líquida positiva, reportada ao pr -projecto (2015).
- g) Não se tratar de uma empresa sujeita a uma injun o de recupera o, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno, conforme previsto na alínea a) do n.  4 do artigo 1.  do Regulamento (UE) n.  651/2014, de 16 de Junho.
- h) Não ter s lrios em atraso
- i) Possuir os meios técnicos, físicos, financeiros e recursos humanos necessários   participa o no projeto.
- j) Efetuar o registo prévio da empresa no balcão 2020.
- k) Garantir que a participa o nesta ac o não   objeto de cofinanciamento por parte de outro sistema de incentivos
- l) Garantir um aumento na intensidade de exporta o, medido no ano de 2019 (aferido pela correspondente IES) face ao ano de 2015 (pr -projecto).

Âmbito Sectorial

De acordo com a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE), revista pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de Novembro, por não visarem a produção de bens e serviços transaccionáveis, não serão apoiadas as PME das seguintes atividades:

- a) Financeiras e de seguros – divisões 64 a 66;
- b) Defesa – subclasses 25402, 30400 e 84220;
- c) Lotarias e outros jogos de aposta – divisão 92.

Devido a restrições europeias específicas, não são, ainda, enquadráveis os projetos inseridos nos sectores da produção agrícola primária, da produção animal, caça e florestas (divisão 01 e 02 da CAE), bem como da pesca e da aquicultura (nos termos do Regulamento (UE) n.º 1379/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013).

Não são elegíveis os projetos de investimentos incluídos no âmbito dos contratos de concessão com o Estado (Administração Central ou Local) e para o exercício dessa atividade concessionada, conforme estabelecido no n.º 4 do art.º 4.º do RECI.